

Conservação e transcrição paleográfica em arquivo histórico catarinense do ano de 1758

Conservation and paleographic transcription in Santa Catarina's 1758 historical archive

Rita de Cássia Castro da Cunha

Mestranda em Ciências da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6404-4625>

E-mail: cunha.ccr@gmail.com

Cezar Karpinski

Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina; Professor Associado da Universidade Federal de Santa Catarina Florianópolis, SC, Brasil.

E-mail: cezark@hotmail.com

Resumo

Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa sobre preservação de arquivo histórico a partir de técnicas arquivísticas. O problema que moveu o trabalho foi o questionamento sobre quais seriam as possibilidades de tratamento arquivístico em arquivo histórico não produzido pelo Estado, mas adquirido por interesse público. O objetivo geral é relatar como as práticas de conservação e transcrição paleográfica podem ser utilizadas como tratamento arquivístico em arquivos históricos adquiridos pelo poder público. Especificamente, busca-se: (1) caracterizar os “Manuscritos à tinta ferrogálica” da Coletânea Garibaldiina como arquivo histórico, da qual foi selecionado um documento para proposição do tratamento arquivístico; (2) propor um tratamento de conservação e estabilização no referido documento; e (3) adotar técnicas de paleografia para a descrição do documento selecionado. Metodologicamente, a pesquisa foi aplicada e qualitativa, com procedimentos técnicos de estudo de caso e análise bibliográfica. Como resultados, apresentam-se: reflexão sobre o contexto histórico da formação da Coletânea Garibaldiina; uma proposta de tratamento de conservação para estabilização do suporte com inscrição à base tinta metaloácida; e a transcrição paleográfica do documento. Conclui-se que a aplicação de técnicas de conservação-restauração e paleografia atuam como tratamentos arquivísticos imprescindíveis e iniciais para outras etapas da gestão documental.

Palavras-chave: documento histórico; preservação documental; conservação-restauração de documentos; paleografia.

Abstract

This article presents the results of a research on the archival preservation of historical archives, which investigated the possibilities of applying archival treatment to a non-state produced historical archive acquired by public interest. By reporting on how paleographic conservation and transcription practices can be used as archival treatment in historical archives acquired by the government, it intends to (i) characterize the “Manuscripts in iron-gallic ink” from the Garibaldiina Collection as a historical archive, from which a document was selected to undergo archival treatment; (ii) propose a conservation and stabilization treatment for said document; (iii) adopt paleography techniques to describe the selected document. This is an applied qualitative case study with bibliographic analysis. As results we present a reflection on the historical context of the Garibaldiina Collection formation; a conservation treatment proposal for stabilizing the support with metalloacid paint inscription; and the paleographic transcription of the document. In conclusion, the application of conservation-restoration and paleography techniques function as essential and initial archival treatments for other stages of document management.

Keywords: historical document; documentary preservation; document conservation-restoration; paleography.

1. Introdução

A Coletânea Garibaldina é constituída por 16 mil objetos e foi formada ao longo de décadas, tendo como tema principal a senhora Ana Maria de Jesus Ribeiro (Anita Garibaldi) e seu companheiro, Giuseppe Garibaldi. Essa coleção foi formada no decorrer da vida do arquiteto Wolfgang Ludwig Rau, e foi adquirida pelo Governo do Estado de Santa Catarina em 2001 por meio de autorização da Assembleia Legislativa, conforme Lei Estadual n. 11.713/01 (Santa Catarina, 2001).

Entre os objetos que compõe a Coletânea Garibaldina, estão documentos dos séculos XVIII e XIX, atualmente sob a custódia da Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural da Fundação Catarinense de Cultura (FCC) e denominados como “Manuscritos à tinta ferrogálica”. Desse acervo, foi extraído o objeto de estudo da pesquisa que resultou neste artigo.

O problema que moveu este trabalho foi o questionamento sobre quais seriam as possibilidades de tratamento arquivístico em arquivo histórico não produzido pelo Estado, mas adquirido por interesse público. Dessa forma, o objetivo geral do artigo é relatar como a conservação e transcrição paleográfica podem ser utilizadas como tratamento arquivístico em arquivos históricos adquiridos pelo poder público. Especificamente, busca-se: (1) caracterizar os “Manuscritos à tinta ferrogálica” da Coletânea Garibaldina como arquivo histórico, da qual foi selecionado um documento para proposição do tratamento arquivístico; (2) propor um tratamento de conservação e estabilização no referido documento; e (3) adotar técnicas de paleografia para a descrição do documento selecionado.

Como resultados, o artigo apresenta uma reflexão sobre o contexto histórico da formação da Coletânea Garibaldina como um todo e a simbologia dos manuscritos analisados. Apresenta-se também uma proposta de tratamento de conservação para estabilização do suporte, com inscrição em tinta metaloácida. Outro resultado é a transcrição paleográfica que possibilitará ações futuras de descrição, facilitando o acesso à informação constante neste arquivo.

O artigo está dividido em oito seções, iniciando por essa introdução, em que se apresenta o escopo do trabalho. Na sequência, a seção “Procedimentos metodológicos” mostra como foi desenvolvida a pesquisa, desde as etapas de revisão de literatura até as questões de descrição do documento selecionado e tratamento proposto. Nas seções três e quatro, apresentam-se discussões bibliográficas interdisciplinares para contextualizar os variados temas relacionados

à pesquisa, como conservação, arquivo histórico, papel e tintas metaloácidas. Na seção cinco, se detalha o objeto principal do artigo, a Coletânea Garibaldina. As seções seis e sete descrevem propostas de conservação sugeridas e a transcrição paleográfica, principais resultados do artigo. Finalmente, a seção oito se refere às “Considerações finais”, nas quais são feitos alguns comentários e sugestões acerca do desenvolvimento do artigo e as perspectivas que ele sugere.

2. Procedimentos metodológicos

A pesquisa desenvolvida foi de caráter aplicado e de abordagem qualitativa. Aplicada porque se propõe à solução de um problema real para obter uma resposta eficiente, e qualitativa por procurar entender os aspectos contextuais do objeto de estudo (Flick, 2008). Os procedimentos técnicos adotados foram análises bibliográficas, estudo de caso (Gil, 2017) e paleografia (Arquivo Nacional, 1993).

Primeiramente, foi feito um levantamento bibliográfico de dissertações, teses, livros, artigos científicos, revistas e jornais que tratam sobre o tema “conservação e restauro de documentos manuscritos com tinta metaloácida em arquivos” e da história sobre a formação da Coletânea Garibaldina.

Em relação aos objetivos, a pesquisa foi exploratória, por possibilitar maior familiaridade com o problema, e descritiva, por propiciar descrição e caracterização do objeto de pesquisa (Gil, 2017). No aspecto aplicado, o procedimento utilizado foi o estudo de caso e a escolha do documento foram baseados no critério de antiguidade. Uma vez que tal documento não está disponível para pesquisa, foi possível seu acesso, análise e captura de imagem digital nos termos de um projeto de pesquisa coordenado por um dos autores e financiado por um órgão de fomento estadual.

A partir do acesso, iniciou-se o tratamento indicado pela área de Conservação-Restauração. Nessa etapa, foi realizado o diagnóstico do estado de conservação e sugerido um procedimento de acordo com as necessidades do documento. A indicação envolve a higienização na superfície com pincéis macios, trincha e bisturi para remover sujidades aderidas. Nessa atividade, o profissional envolvido no processo deve fazer uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) para evitar contaminação por microrganismos.

Inicialmente, elaborou-se uma ficha de identificação do documento contendo os seguintes dados: nome, objeto, técnica, título, local, data, dimensões, total de folhas, instituição de custódia e estado geral do documento. Além desses dados, foram coletadas outras informações disponíveis no relatório de inventário do acervo, como número de classificação do documento, volume, assunto e descrição. Por fim, a ficha contempla uma proposta de tratamento elaborada a partir das técnicas estudadas e que melhor atendem o caso.

Para a transcrição, optou-se pela captura da imagem digital do documento, para evitar manuseio e preservar o estado de conservação do documento. A captura foi feita por meio de aparelho *smartphone*, no dia 27 de abril de 2022, usando o aplicativo de digitalização *CamScanner*. Como resultado, obteve-se dois arquivos de 466,08 KB e 339,33 KB, respectivamente. Os arquivos digitais foram armazenados em *Drive* institucional.

O documento foi transcrito utilizando os recursos da Paleografia com identificação do sumário, e seguindo as normas técnicas para a transcrição e edição de manuscritos do Arquivo Nacional (1993). Essas normas têm por objetivo “fixar diretrizes, critérios e convenções para padronizar as edições paleográficas com vistas a uma apresentação racional e uniforme das mesmas” (Samara, 2010, p. 89).

3. Os arquivos e a conservação

Apesar de caminharem paralelamente e serem essenciais para a preservação/manutenção de documentos e arquivos históricos, conservação e restauração são ações/conceitos diferentes. Entende-se por conservação os “procedimentos e medidas destinadas a assegurar a proteção física dos arquivos contra agentes de deterioração” (Bellotto; Camargo, 1996, p. 18). Em perspectiva um pouco mais recente, trata-se do “conjunto de ações estabilizadoras que visam desacelerar o processo de degradação de documentos ou objetos, por meio de controle ambiental e de tratamentos específicos: higienização, reparos, acondicionamentos” (Cassares, 2000, p. 12). A conservação, portanto, envolve ações abrangentes no âmbito institucional que estão diretamente relacionadas à gestão. Isso significa que as ações de conservação demandam planejamento, captação e alocação de recursos financeiros, humanos e tecnológicos para que os documentos sejam devidamente conservados.

Além da conservação em si, Malta (2014) destaca a conservação preventiva como um conjunto de atividades que visa identificar as causas da degradação dos materiais que

constituem como objetos do acervo. No caso dos arquivos e bibliotecas, a referência principal é o papel. Entretanto, há uma série de outros materiais para os quais se faz necessário projetar e implantar soluções a fim de eliminar as referidas causas, quando isso é possível, ou dirimi-las, diminuindo seu impacto no acervo. Com isso, torna-se fundamental monitorar e manter os diversos sistemas de proteção ao acervo.

Já a restauração envolve recuperação de material que, porventura, tenha sofrido algum tipo de dano. Na premissa de Bellotto e Camargo (1996, p. 67), são “procedimentos específicos para a recuperação e reforço de documentos deteriorados e danificados”. De modo complementar e mais amplo, Cassares (2000, p. 12) se refere às ações de restauração como “medidas que objetivam a estabilização ou a reversão de danos físicos/químicos adquiridos pelo documento ao longo do tempo e do uso, intervindo de modo a não comprometer sua integridade e seu caráter histórico.”

Considerando o fato de que os arquivos representam alguma relevância, seja histórica e/ou pessoal, há que se primar por sua conservação. Contudo, há fatores que muitas vezes escapam ao controle e dificultam o processo de conservação, de forma que, uma vez danificado, esse material exige restauração, precisando ser reparado para que a informação seja preservada.

Tanto a conservação quanto a restauração variam de acordo com o tipo de material envolvido, e há materiais que exigem mais cuidados que outros devido à sua fragilidade. Sendo assim, as ações referentes à conservação são ou devem ser diferenciadas considerando o tipo de acervo. Isso envolve desde cuidados específicos de manuseio até cuidados de armazenamento, os quais se associam a fatores ambientais (radiação de luz, climatização, qualidade do ar) e/ou agentes biológicos (insetos, fungos, ratos, cupins). Dessa forma e considerando a conservação, é estritamente necessário que a integridade de um documento seja preservada, e tal preservação exige proteção em relação aos elementos ou ações que possam vir a deteriorá-lo.

Como forma de prolongar a vida útil ou impedir a deterioração de arquivos e documentos, é necessário seguir uma série de normas ou técnicas de conservação cujo objetivo primordial é manter a integridade física do acervo, garantindo que ele possa ser acessado por gerações futuras. Contudo, nem sempre as medidas de conservação são tomadas adequadamente. Algumas vezes, mesmo assim, podem ocorrer eventos inesperados que prejudiquem esses documentos, exigindo sua restauração.

Restaurar um documento é uma ação minuciosa. Não envolve apenas reparos ou consertos, principalmente em se tratando de obras e/ou elementos de representatividade histórica. É preciso restaurá-lo mantendo sua aparência original e deixando-o o mais próximo possível daquilo que era na ocasião de sua criação, respeitando as marcas de procedência e a cadeia de custódia no caso dos documentos arquivísticos. Preserva-se, portanto, não somente o documento em si, mas também as características de sua época e seu contexto histórico. Nessa seara, a restauração exige, inicialmente, um conhecimento do que vai ser restaurado que abrange não somente o material que o compõe, visto que cada tipo de material é submetido a técnicas específicas, mas também conhecimento do documento em si, para que se prime pela manutenção de suas características iniciais.

É necessário conhecer as formas e agentes de degradação e tomar as devidas providências para que o material não seja atingido por eles, preservando, assim, a integridade do arquivo e/ou documento. Porém, numa situação em que a conservação não tenha sido feita de maneira adequada ou em que algum fator extra tenha danificado o documento (como vandalismo, por exemplo, que muitas das vezes escapam ao controle), faz-se necessário restaurá-lo da melhor forma.

Quanto ao conceito de arquivo, objeto de estudo desta pesquisa, pode-se dizer em termos históricos que o registro das atividades, dos pensamentos e das ações desenvolvidas pelo homem exigiram (e ainda exigem) formas adequadas de armazenamento. Foi dessa necessidade que se originaram os arquivos. Em termos etimológicos, a palavra “arquivo” não tem sua origem definida. Contudo, pode ser originária da Grécia Antiga como *arché*, evoluindo para *archeion*, cujo significado, de acordo com Paes (2007), seria o local de guarda e/ou depósito de documentos.

Dessa concepção “custodial”, presente desde o ponto de vista etimológico, o conceito de arquivo avançou epistemologicamente a ponto de constituir uma ciência “curadora” desse espaço, a Arquivologia (Matos, 2013). Assim, os arquivos passam a ser objeto de estudo científico, englobando técnicas, práticas e a investigação acerca do lugar social que ocupam na preservação da memória, seja no aspecto das identidades e patrimônio, seja no aspecto institucional dos negócios e práticas sociais.

No Brasil, a partir da Lei n. 8.159/1991 o conceito de arquivo adquire contornos técnicos e epistêmicos: “conjunto de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter públicas, e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades

específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos” (Brasil, 1991). Essa foi a conceituação adotada para esta pesquisa, uma vez que é o marco normativo que configura o acervo estudado como documentação arquivística. Isso porque tais documentos foram adquiridos pelo estado de Santa Catarina por ser entendido como um acervo representativo para a história local e se instaurando, assim, o interesse público de sua guarda, preservação e disponibilização.

Ainda no aspecto teórico, Schellenberg (2002) assevera que os arquivos são documentos de qualquer instituição (seja pública ou privada) que representem algum valor e mereçam ou exijam conservação permanente para uso como referência ou em pesquisas. São três as características intrínsecas ao arquivo e podem ser assim designadas: (1) a singularidade do produtor do arquivo; (2) a filiação dos documentos às ações que promovem a missão definida; e (3) a dependência dos documentos dos seus pares.

Em específico, os arquivos históricos podem ser de tipo: institucional, documentos que guardam informações de um país, ou órgão, ou empresa; ou pessoais, aqueles que preservam informações de pessoas ou famílias. Cada um deles, sejam os institucionais ou os pessoais, tem sua devida importância para o grupo ao qual se destinam.

Considerando sua condição histórica, a construção de um arquivo não ocorre por acaso e/ou de forma aleatória. É preciso considerar que o caráter histórico de um arquivo lhe é imputado em decorrência da ação que ele representa, de forma que as informações nele contidas darão aos historiadores, por exemplo, visões acerca da sociedade. Para que elas sejam claras e se apresentem de maneira completa, é necessário que esses arquivos contenham todos os elementos possíveis, e não apenas os extraídos dos documentos de efeito. Considerar somente um ou outro aspecto de um documento pode gerar imagens distorcidas dos fatos e dos comportamentos de determinada sociedade.

Assim, para a pesquisa desenvolvida, levou-se em consideração que um arquivo histórico é formado por documentos, produzidos e/ou adquiridos pelos órgãos da administração municipal, estadual ou federal, que registrem fatos, eventos e situações que comprovem parte da história da comunidade e da formação de seus valores sociais e culturais. Também foi considerado que eles preservam entre si relações orgânicas, que devem ser obrigatoriamente respeitadas e que só fazem sentido quando devidamente relacionadas ao meio produtor. Os registros encontrados nesses documentos se destinam a um fim, seja comprovar determinado evento ou apenas registrar uma memória, porém, independentemente desse fim, a conservação

ou restauração em casos de danos é estritamente necessária. Ao se preservar um arquivo, preserva-se também a informação nele registrada, possibilitando à sociedade confiabilidade nas fontes de informação histórica.

Conservação, restauração e arquivos históricos abrangem conceitos, ações e/ou elementos intrinsecamente relacionados. Todo e qualquer arquivo histórico apresenta alguma relevância para um órgão ou para alguma(s) pessoa(s), o que exige sua conservação e, em casos de danos, exige sua restauração o mais próximo possível do original. Sendo assim, é necessário que a forma original seja preservada para que possa atender à sua função.

Considerando que um arquivo é criado com uma finalidade específica e buscando corresponder à determinada demanda, ele não pode e/ou deve ser tratado apenas como “material antigo”. É preciso total atenção e cuidado para que ele seja preservado e mantido em boas condições, de forma que possa ser utilizado se necessário ou se reivindicado por alguém para fornecer aos interessados informações nele resguardadas. É fundamental que os dados que ele carrega estejam claros e sem adulterações. A conservação, portanto, é um procedimento que se faz essencial a esse processo. Caso, por exemplo, se trate de documento que atesta um fato, é preciso que todos os dados a ele relacionados possam ser identificados no documento, o que, cabe reafirmar, exige sua preservação nas condições originais.

Conclui-se, portanto, que as formas de conservação de arquivos históricos devem ser adequadas desde a sua produção até o armazenamento. Tudo deve ser mantido da melhor maneira possível, sem deterioração, para que os documentos possam atender ao seu objetivo inicial, que é fornecer e/ou prestar uma informação.

Esses documentos precisam ser preservados porque são parte da história social e/ou história pessoal, o que os torna em elementos que podem comprovar eventos e servir de referência no futuro. Nos casos em que ocorram eventos que danifiquem os arquivos, eles devem passar por um rigoroso e adequado processo de restauração, de tal forma que as informações nele contidas se mantenham e que não haja perdas de suas funções arquivísticas. Trata-se, portanto, de um trabalho que exige técnica e cuidados, além de excessivo preparo profissional.

4. O papel e as tintas metaloácidas: suportes e composições físico-químicas dos arquivos

Outro fator relevante para a conservação de documentos em arquivos é o conhecimento acerca dos suportes e materiais utilizados na sua composição. No caso do documento escolhido para esta pesquisa, é um manuscrito em suporte de papel com inscrições em tinta metaloácida.

Sobre o papel, é vasta a bibliografia que discorre sobre sua existência e importância como suporte da comunicação humana. Basicamente, sabe-se que foi inventado no ano 105 d.C., na China, por T'sai Lun, e resultava de uma massa de fibras de árvores e trapos de tecidos que eram cozidos, esmagados e deixados para secar ao sol. Por ser um produto com associação à religião e excessivamente lucrativo, seus segredos de produção foram guardados, e somente após 500 anos, por intermédio de monges budistas, ele chegou ao conhecimento dos japoneses (Febvre; Martin, 2017).

Em meados do ano 750, os árabes tiveram conhecimento do processo de produção do papel e começaram a empregar sua técnica. Posteriormente, como mercadores, eles inseriram o papel na Europa. Foi com a expansão do comércio europeu que o papel cresceu em importância e se tornou produto essencial para a administração pública e para a cultura letrada (Fontes; Lima, 2018).

Ainda conforme Fontes e Lima (2018), a fabricação de papel cresceu e evoluiu a partir do século XV, com a invenção da imprensa por Gutemberg, em 1436, a Reforma Protestante e a expansão marítima europeia. No entanto, houve escassez da matéria-prima, e foi necessária a regulamentação do comércio de trapos. A produção cresceu ainda mais no século XIX, com a impressão de livros, jornais e produtos de consumo, o que levou à fabricação do papel feito a partir da pasta química de madeira, a celulose, em 1845. Então a confecção se tornou industrial e o papel ficou mais barato e acessível, apesar de mais vulnerável às ações do tempo.

No Brasil, a produção industrial de papel se desenvolveu apenas a partir de matéria-prima importada até o final do século XIX. Muitas transformações ocorreram no país e, na segunda metade do século XX, essa indústria era totalmente diferente e baseada em novas matérias-primas, como o eucalipto, pastas mecânicas, produtos químicos e corantes, colagens neutras e até reciclagem (Fontes; Lima, 2018).

Atualmente, os papéis para produção de documentos e livros de caráter permanente são determinados e regidos pela norma ISO 9706 (*Information and documentation – Paper for*

documents – Requirements for permanence) e voltada especificamente a documentos de arquivo (por exemplo, de esferas governamentais) e de biblioteca, que, como já mencionado, são guardados em ambientes protegidos e devem permanecer praticamente imutáveis ao longo do tempo. Essa norma especifica os critérios de estabilidade do papel considerando: força mínima medida em uma prova de resistência à ruptura; quantidade mínima de substâncias que neutralizam a ação do ácido, medida em termos de reserva alcalina; quantidade máxima de produtos facilmente oxidáveis; e pH máximo e mínimo de um extrato aquoso a frio do papel. (Conarq, 2014).

Já a respeito da tinta metaloácida, é um material cuja ampla utilização data do início da Idade Média até meados do século XIX. Sua obtenção ocorre, basicamente, por meio de um complexo ferrogálico resultante da reação de taninos e sulfato de ferro. Os taninos são substâncias de origem vegetal que, quando em presença de sais de ferro, dão coloração escura, preta ou castanha, azulada ou esverdeada. São utilizadas em diversas atividades como curtumes, tinta para escrita, medicina tradicional asiática, e na indústria alimentícia e farmacêutica (Falcão, 2009). Trata-se de material presente na estrutura de muitos documentos antigos excessivamente relevantes para as mais variadas sociedades, registrando passagens de suas histórias.

Em termos práticos, a cor da tinta ferrogálica se relaciona à concentração das substâncias já citadas, associadas aos processos químicos que ocorrem durante a produção. Contudo, inicialmente, a tinta tem coloração clara (oxida por ação do ar devido a presença de O₂), que escurece gradativamente até atingir o tom preto. A composição química desse tipo de tinta é bem definida por Silva (2017, p. 4):

Na antiguidade, idade média e praticamente até ao [sic] início do séc. XX, haviam dois grandes grupos de tintas de escritas: as baseadas em negro de carbono e em complexos organometálicos; estas últimas eram produzidas com base em extratos ricos em poliésteres do ácido gálico a que adicionava um sal de ferro, tomaram o nome genérico de tintas ferrogálicas. De uma forma geral, aos extratos aquosos de bugalha, murta, romã ou outra fonte de taninos, era adicionado um sal de ferro, como o sulfato de ferro (FeSO₄). Podendo ser adicionados outros sais de ferro como os de cobre. Para manter em suspensão e bem dispersos os complexos metalo-tanato formados é comum ver aconselhada a adição de goma arábica ou outro tipo de polissacarídeos. Finalmente, e como forma de acentuar a cor negra, poderíamos ter também a adição de negro de carbono (Silva, 2017, p. 4).

Nunes, Claro e Ferreira (2019) afirmam ser uma tinta cujo preparo era relativamente fácil e que, contudo, não mais poderia ser removida uma vez aderida ao suporte. Mediante suas propriedades e características de conservação relevantes à época, a tinta ferrogálica foi empregada na escrita de documentos importantes. No entanto, constata-se que essa tinta

favorece a degradação de suportes a base de celulose em decorrência de reações de oxidação, o que põe em risco tais documentos. Entre os danos específicos causados pela tinta ao suporte, destacam-se descoloração, enfraquecimento e perda de suas propriedades mecânicas.¹

Ainda se tratando da degradação causada pela tinta metaloácida, Silva (2017) pontua que são dois os mecanismos envolvidos nesse processo: (1) aumento da acidez do suporte devido aos valores de pH das tintas que estavam inicialmente em torno de dois e três, decorrente da presença do ácido gálico e dos íons de ferro, e que diminuem para menos de um durante o processo de envelhecimento; e (2) a degradação oxidativa da celulose, catalisada pela presença de íons metálicos que, induzindo reações de oxidação (redox) e/ou radiculares, catalisam a cisão de cadeia da celulose. Perante essa degradação, o que foi uma solução para a escrita no passado se torna um problema para a preservação dos documentos e, conseqüentemente, da memória escrita pelas sociedades de tempos pretéritos.

Conforme Nunes, Claro e Ferreira (2019), não há ainda metodologia que seja totalmente eficaz na estabilização química dos fenômenos desencadeados pela tinta ferrogálica na degradação do papel. Contudo, algumas técnicas de conservação podem ser empregadas com esse intuito, garantindo maior vida útil ao documento e preservando acervos de bibliotecas em todo o mundo.

Nesse sentido, os tratamentos visam, em geral, a estabilização do material mediante aplicação de umidade no suporte. Isso favorece a dispersão indesejada de íons de ferro e ácido sulfúrico na superfície do documento. De acordo com Gomes, Noite e Estevinho (2020), entre os elementos empregados na estabilização da degradação causada pelas tintas ferrogálicas se destaca o ácido fítico. Essa substância apresenta capacidade bloqueadora das reações de Fenton (oxidação causada pelos íons de Fe_{2+} em excesso, que funcionam como catalisadores da degradação oxidativa da celulose), oferecendo proteção contra a oxidação e diminuindo a concentração de íons de ferro (Fe_{2+} livres). Além disso, os mesmos autores descrevem os seguintes tratamentos possíveis no caso das ferrogálicas inscritas em papel:

- a) Tratamento à base de Fitato de Cálcio, que é um “agente quelante que fixa os íons de Fe livre de forma a que estes deixem de estar disponíveis para favorecer reações de oxidação que degradam a celulose” (Silva, 2017, p. 21). Esa substância apresenta a capacidade de frear o processo de degradação da tinta;

¹ Ressalta-se que problemas semelhantes ocorrem com tintas cuja composição está baseada em outros metais que não o ferro.

- b) Tratamento à base de bicarbonato de cálcio, que restitui a reserva alcalina ao papel, protege contra hidrólise ácida e previne a degradação das substâncias por oxidação;
- c) Encolagem com gelatina, que é solução com capacidade de inibição da degradação da tinta ferrogálica, proporcionando equilíbrio entre a celulose e o ambiente, construindo barreira contra flutuações de umidade.

Como se pode concluir, apesar de não haver técnica e/ou solução definitiva para a problemática recorrente em documentos manuscritos com tinta ferrogálica, há de se considerar a necessidade de preservação e conservação deles. É necessário e urgente o emprego das técnicas já conhecidas que retardam a degradação originada pela tinta ferrogálica, mas também o desenvolvimento de pesquisas por soluções definitivas, para que elementos culturais essenciais não sejam perdidos em definitivo. Isso é o que se almeja para os documentos da Coletânea Garibaldi.

No Brasil, existem iniciativas que vêm apresentando resultados positivos com fitato de cálcio. Cita-se o caso dos tratamentos desenvolvidos pelo Laboratório de Conservação e Restauro de Documento em Papel (LAPEL), do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) (Rio de Janeiro, 2013) Também Silva (2017) e Nunes, Claro e Ferreira (2019) serviram de referência para a proposição do tratamento do documento analisado nesta pesquisa.

A procura por processos de estabilização das tintas metaloácidas nos manuscritos vem se desenvolvendo há mais de três décadas e, de acordo com a literatura que compõe este estudo, o fitato de cálcio, apesar de ainda não estar consolidado, é o que está apresentando melhores resultados para a salvaguarda das informações contidas nesses tipos de documentos.

Vale salientar que, primeiramente, o tratamento com fitato de Cálcio deve ter sido submetido às análises químicas conduzidas por um profissional qualificado “com o objetivo de detectar os elementos que compõem as tintas de escrita”, conforme recomenda Silva (2017, p. 16,18). Dessa forma é possível caracterizar as degradações provocadas pelas referidas tintas na celulose, assim como a indicação dos produtos químicos mais adequados para o tratamento.

5. A Coletânea Garibaldina: contexto e história do arquivo

A Coletânea Garibaldina é composta por cerca de 16 mil objetos remetendo ao mais completo acervo relacionado ao casal Giuseppe e Anita Garibaldi, participantes ativos da Revolução Farroupilha, de que se tem notícias. Trata-se de um acervo dotado de elevado valor, sendo parte do patrimônio cultural catarinense (Elfbio Junior, 2014).

É uma coleção diversificada que foi acumulada ao longo de sessenta anos pelo arquiteto Wolfgang Ludwig Rau (1916-2009), nascido na Suíça e cuja família migrou para o Brasil em 1933, em decorrência da ascensão do Partido Nazista. Wolfgang, além de arquiteto, foi exímio interessado pela história de Anita Garibaldi e, como consequência, maior biógrafo dessa personagem da história brasileira, com sete livros lançados sobre sua vida.

É um acervo heterogêneo, composto por documentos impressos, manuscritos, cartas, fotos, gravuras e mapas, mas também *souvenirs* (cinzeiros, chaveiros etc.), bustos, armas, utensílios domésticos, selos postais, maquetes, objetos arqueológicos e de uso campeiro. Há também relíquias como um pedaço do mastro do navio utilizado por Giuseppe Garibaldi para tomar Laguna em 1839, um pedaço do piso da casa onde Anita morreu na Itália e terra da sua primeira sepultura de (Richter, 2016).

Em termos legais, a coleção de Rau, inicialmente cedida em regime de comodato à Prefeitura de Laguna, foi adquirida pelo Governo do Estado de Santa Catarina, em 2001, pelo valor de R\$ 100.000,00 à época, e custeada por meio de recursos do orçamento da Fundação Catarinense de Cultura (FCC). Foi esse órgão que representou o governo estadual na execução desse ato e manteve a custódia do acervo (Richter, 2016).

A aquisição e compra da Coleção Garibaldina foi autorizada pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina, mediante Lei Estadual nº 11.713, de 3/5/2001, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) (Santa Catarina, 2001). O acervo foi cedido à Fundação Lagunense de Cultura em 2002, passando a ser mantido e armazenado na Casa Pinto D'Ulysséa, em regime de comodato. Em 2016, toda a coleção foi transferida para a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), *campus* de Laguna, e submetida à manutenção com supervisão do Atelier de Conservação e Restauro (ATECOR) da FCC. Estabeleceu-se prazo de comodato de dez anos, que pode ser prorrogado por mais dez anos, com intuito de que a UDESC/Laguna cuide, pesquise e possibilite o acesso e o uso do acervo (UDESC, 2017).

Segundo Elíbio Júnior (2014), os objetos da coletânea estão catalogados em seis grupos diferentes: o Grupo A é composto por obras de arte (pinturas, gravuras, esculturas), documentos (diplomas, fotografias emolduradas) e objetos (utensílios, instrumentos, equipamentos, adereços e adornos); o Grupo B é catalogado como “documentos”, inclui livros, folhetos, revistas e postais, e é o grupo com maior quantidade de objetos, subdividido em 14 subgrupos; o Grupo C também denominado “documentos”, contando com seis volumes indexados de correspondências, artigos de jornais, folhas datilografadas, certidões e cartões; o Grupo D agrupa documentos fotográficos, com fotografias em preto e branco, coloridas e negativos apresentados como fotografias isoladas e agrupadas em álbuns, caixas, envelopes, amarrados por cordas, coladas em papéis, tendo um total de 1011 fotografias; o Grupo E tem material arqueológico (artefatos arqueológicos e material paleontológico), contando com um total de 56 peças; e o grupo F é composto por selos agrupados em álbuns e envelopes, perfazendo um único volume dividido em 14 fichas de identificação.

Richter (2016) pontua que a Coleção Garibaldina, após ser recebida pelo município de Laguna, em junho de 2002, com destaque para a proposta de ser posteriormente exposta no Museu Anita Garibaldi, acabou alocada em diversos espaços na cidade, sem ter sede definitiva e/ou adequada a guardar a totalidade de seu conjunto. Sendo assim, parte está na FCC, sendo mantida e armazenada na reserva técnica do ATECOR, em Florianópolis, visto que ainda não foi estabelecido local para seu devido recebimento (exposição ao público) em Laguna.

O objeto de estudo desta pesquisa é o documento número 1351, pertencente ao grupo B, volume XIV. Trata-se de um título de compra e venda de terra, composto de duas folhas, dimensionadas em 31 x 42 cm, do ano de 1754, cujas análises serão apresentadas a seguir.

6. Proposta de conservação do documento

Para elaboração da proposta de conservação/preservação de qualquer documento, primeiramente se faz necessário conhecê-lo minuciosamente. Essa análise foi realizada *in loco* e depois por meio de análise dos arquivos digitais capturados. O diagnóstico foi efetuado a partir de uma ficha de documentação individual, elaborada especialmente para aplicação deste documento. O resultado dessa análise está sintetizado no Quadro 1.

Quadro 1 – Ficha de documentação diagnóstica

Documento da Coleção Garibaldina Livro de inventário volume XV – Classificação B
Ficha de Documentação Individual
Identificação: Título de Venda de 2 braças de terra Antonio Maxado Fagundez
Objeto: Título de compra e venda em manuscrito
Técnica: Manuscrito
Título: Título de venda de 2 braças de terra Antonio Maxado Fagundez
Local: Desconhecido
Data: 24-11-1758
Dimensões: Dimensões: 31 cm x 42 cm
Número de folhas: 01 bifólios (uma folha dobrada ao meio).
Estado geral de conservação: Bom estado de conservação
Instituição de custódia: Fundação Catarinense de Cultura/FCC, Atelier de Conservação e Restauro/ATECOR
Descrição do Documento/ Diagnóstico: Suporte: papel sem pauta e de gramatura mediana com verjuras, marca d'água que vai de uma margem a outra e é observada contra a luz. Tinta: manuscrito em metaloácida nas cores preta e castanho, em alguns pontos mais esmaecidos do que em outros. Contém dobras em três pontos verticais e em seis horizontais na extensão do documento. Apresentam-se sujidades em três pontos do verso do documento, na linha das dobras central, e na primeira e segunda dobra horizontal do verso do segundo fólio. Existem dez pequenos furos no segundo fólio localizados na primeira e segunda dobra e uma ruga no primeiro fólio entre a segunda e terceira dobra. Na dobra central do fólio existe um desgaste acentuado partido. Distribuídos na parte inferior do documento, vê-se três pontos na cor vermelha. Na margem direita, estão alguns pequenos pontos danificados e um pequeno corte na segunda dobra, e na margem esquerda inferior, uma pequena dobra.
Responsável: Rita de Cássia Castro da Cunha
Local e data: Florianópolis, 27 de abril de 2022

Fonte: Elaborado pelos autores (2022)

Considerando a análise exposta no Quadro 1, pode-se propor dois tratamentos: o primeiro é a de ações empregadas na conservação preventiva; e, o segundo, fazer a estabilização do documento manuscrito à tinta metaloácida com fitato de cálcio.

A conservação preventiva deve levar em consideração o ambiente do acervo. Nesse caso, devem ser observados temperatura, umidade, pressão atmosférica e iluminação para a implantação de uma série de procedimentos de controle ambiental. Além disso, os documentos devem ficar acondicionados em invólucros, caixas e pastas confeccionadas com papéis alcalinos e neutros etc., entrefolhados com papéis alcalinos (Cassares, 2000; Chávez, 2017; Gonçalves, 2014).

A estabilização dos furos e rasgos, bem como o reforço, devem ser realizados com papel japonês de baixa gramatura aderido com adesivo Klucel G² ou metilcelulose. O documento

² (Klucel G[®]), Nome comercial de adesivo sintético, produzido a partir de celulose modificada. É utilizado na conservação de suporte papel e produzido pela empresa HERCULES. Trata-se de um éster celuloso

escolhido deve ser acondicionado em pastas confeccionadas com filme de poliéster³ transparente para facilitar o manuseio sem contato direto com o documento, permitindo a fácil visualização pelo interessado para fins de pesquisa. A pasta criada e confeccionada para o documento deve ser feita com filme de poliéster 0,075 mm x 1000 mm, utilizando-se de régua de metal, faca olfa, espátulas, base de vidro ou mesa de corte especializada. O armazenamento desse documento após o acondicionamento deve ser feito em estantes de aço junto aos demais documentos tratados.

A segunda proposição é a de estabilização do documento com fitato de cálcio, a qual requer uma análise química realizada por um profissional qualificado. Ele indicará a composição química adequada a ser utilizada pelo profissional conservador.

Após esses cuidados, inicia-se o tratamento propriamente dito borrifando álcool PA nos locais comprometidos pela tinta metaloácida, seguido da imersão do documento em uma cuba plástica com fitato de cálcio, amônia e água deionizada por um período de 20 minutos. Na sequência, faz-se outra imersão do documento em água deionizada por 10 minutos. Após esses procedimentos, deixa-se o documento secar parcialmente. A desacidificação se completará com sua imersão em bicarbonato de cálcio por um período de 20 minutos (Silva, 2017).

Após esses procedimentos de imersão, o documento deve ser colocado da mesa de sucção para diminuir a umidade. O prosseguimento do tratamento deve ser feito por meio da encolagem com gelatina tipo B ou metilcelulose nos dois lados do documento. Tal ação deve utilizar pincéis de cerdas macias, ao mesmo tempo que consolida os furos e se reforça as dobras, bordas e cortes com papel japonês de baixa gramatura.

A secagem do documento deve se dar entre tábuas, feltros de lã e tecidos não-tecidos (TNT), na seguinte ordem, de fora para dentro: (1) tábuas; (2) feltros; (3) TNT; 4) documento. Não é necessário colocar pressão nesse momento para não danificar o documento. O feltro deve ser trocado por papel mata-borrão com frequência para não acumular umidade.

Vale salientar que há vários graus de degradação que a tinta metaloácida promove no

(hidroxipropilcelulose) que se apresenta na forma de um pó fino. Há variedades de Klucel de acordo com o grau de polimerização e a viscosidade identificado por letras (E, G, H, J, L) a E e a G são as mais usadas na conservação de papéis. [...]. De fácil remoção. Solúvel em água e álcool. [...] (Barbosa, 2017)

³ O poliéster (politereftalato de etileno – PET) é obtido por meio de reação de polimerização do ácido tereftálico e etileno glicol [...]. Aplicações: invólucros para armazenagem de livros, documentos e fotografias, encapsulamentos, jaquetas transparentes para livros, forração de gavetas, filmes fotográficos, bases de microfilme e rolo. (Brito, 2010, p. 7)

documento, o que faz com que os tratamentos sugeridos levem em consideração tal informação. Assim, conforme estudo de Gonçalves (2014), faz-se necessário profundo conhecimento sobre os componentes do papel e das tintas nele utilizadas, por meio de exames detalhados e com equipamentos especializados que entreguem resultados precisos e confiáveis, como a Fluorescência de Raios X, a Espectroscopia de Infravermelho com Transformada de Fourier e o Espalhamento de Luz Raman. Tais procedimentos estão em estudo em projeto de pesquisa em desenvolvimento e sob coordenação dos autores.

Após a secagem do documento, faz-se a indicação de dois tipos de acondicionamentos para o documento, no caso, o bifólio 1351 da “Coleção Garibaldina”. O primeiro é uma pasta aberta, confeccionada com filme de poliéster. Esse material facilita o manuseio e visualização por ser transparente, deixando à mostra o que existe em seu interior e dispensando sua remoção para o caso pesquisas. A pasta ficará dentro de uma caixa com abas confeccionada com papel cartão neutro 300 g, que abrigará também os demais itens que compõem o grupo de documentos do XIV volume de classificação B – documento manuscrito. Ressalta-se que os cuidados preventivos no acervo deverão ser aplicados a todos os documentos, inclusive esse bifólio para o qual foi sugerido a estabilização com fitato de cálcio.

7. Do que se trata o arquivo: a transcrição paleográfica

O documento estudado é um manuscrito do Século XVIII, cujo estilo impõe o uso de técnicas paleográficas para sua transcrição e posterior descrição arquivística. Essa função pode ocorrer em níveis hierárquicos diversos, quer dizer, a descrição pode se referir ao acervo, que está no topo da cadeia arquivística, ou a entidades custodiadoras, ou até mesmo a algum de seus elementos constitutivos, como o fundo, a coleção, a seção, a série, a subsérie, o dossiê, o processo e o item documental, nos termos da Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística (ISAD(G)) e da Norma Brasileira de Descrição Arquivística (Nobrade). Isto posto, classifica-se o manuscrito como item documental, de coleção custodiada pela Fundação Catarinense de Cultura. O item documental, portanto, é a menor unidade da cadeia arquivística e, nesse caso, sua tipologia é “comprovante de compra e venda de terra”. A seguir, a aplicação das técnicas de paleografia possibilitam a compreensão do seu conteúdo, o que facilitará tratamentos arquivísticos posteriores, como a descrição e difusão.

Sumário

TRANSCRIÇÃO 01	[fl.01 até fl.2v]
ASSUNTO	Título de propriedade de compra/venda de terras
LOCAL DE ORIGEM	Desconhecido
DATA	24.11.1758
ASSINATURA	llegível
INSTITUIÇÃO DE GUARDA	Fundação Catarinense de Cultura-FCC, Atelier de conservação e Restauro – ATECOR, Florianópolis SC

[fl.01]

- 1 Aos q' esta obrigação de venda feita deste dia para.to do o sempre virem que no anno do Nassimento. de Noso Senhor Jezus Cristo de mil setecentos e cincoenta e oito aos vinte e coatro dias do mes de novembro[?] do dito anno
- 5 E nas cazas de morada do Sargento. Antonio. Maxado. fagundes e com havian de antes Com saber da sua co mo vendedores o dito Sargento. Antonio. Maxado. fagundes. e sua mulher. Luzia da Conceição. e comprador da outra ajuisante Antonio Cordero de Souza sogro [?] lhes dito que
- 10 vide [ilegível] foi dito [ilegível] senhores e verdadeiros po suidores de [ilegível]. Sitio onde esta apozentado de lhe vendem vinte brasas de terra. com duzentas brasas de fu ndos do Caminho do ConteSo que vendem de minha filha de hoje para. sempre por grifo [ilegível] [ilegível] e nomeado de
- 15 oito mil e quinhentos reis os coais oito mil e quinhentos reiscomfesaraõ os ditos vendedores que os tem emfim re- cebidos todos em bom Dinheiro corente neste [ilegível] no que portugal[?] que comfrontapella[?] levante [?] como Caminho do ConteSo[?] quente com teras de Andre Machado Fagundes
- 20 sul com teras de Matheus Silveira Maxado. Norte com Salvador Maxado. e que destas comfrontadores para dentro ou das mais que[?] [ilegível] [ilegível] q serem teras ditas vinte brasas de teras em q leaviamecomtratado e tiraraõ de ti to da a pose e [ilegível] e domínio todo o emjustisado
- 25 [ilegível] [ilegível][ilegível].Comprador ou [ilegível] [ilegível] lhe mais qu izer e quer ato me quer não.. sempre [?] por dada como se tomado hoje e que a fazem [ilegível] unida e

de paz pasifisicaõ ao dito comprador o [ilegível] [ilegível] suas[?]
unidas [?] e por e por assim [ilegível]
30 com ela nada rogarao. O nome da [ilegível] de Souza que –
Esta obrigação [ilegível] por quitação; de paga e titulo

1351-B/FCC⁴

[fl.1v]

1 Titulo da propiedade. que asignaraõ com testemunhas. Mathias
francisco.de Souza que asigno pela [ilegível]
e não. saber escrever forao. Mais testemunhas. Antonio.Co
ta e Manoel Machado francisso dos vendedores dia mes e
5 [ilegível] [ilegível] Nome da [ilegível] de Souza
Antonio Maxado Fagundes como testemunha. e[ilegível] asigno a Ro[?]
gais[?] da [ilegível]
Mathias francisco. de souza
Signal da testemunha. Antonio. [ilegível] ta com sua[?]
10 Manoel Maxado
E como testemunha. esta fiz e[ilegível] asigno
Nome da [ilegível] de [?] Souza Jr[?]

[fl.02.v]

5

1

Titulo de venda de 20 Bras
sas de terra com 200 di -
fundos [ilegível] metos Antonio Ma
xado Fagundez

Completando o procedimento de transcrição e visando a difusão imagética dos originais,
abaixo são disponibilizadas as imagens fac-símile do documento analisado.

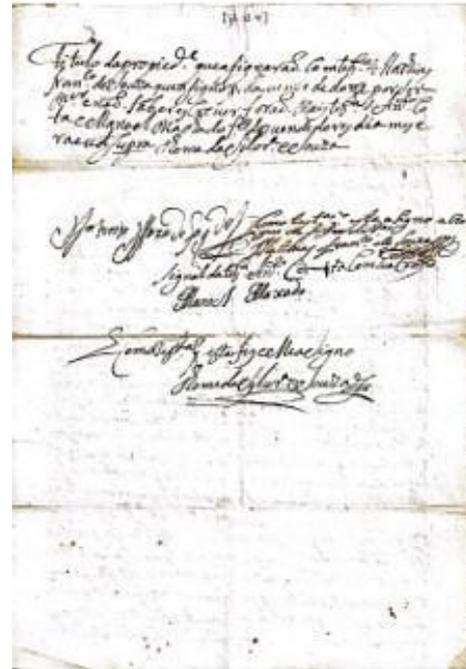
⁴ Escrito de mão alheia na margem inferior esquerda da folha 1351-B/FCC.

Figura 1 – Folha 01



Fonte: Captura digital da Autora (2022)

Figura 2. Folha 01v



Fonte: Captura digital da Autora (2022)

Figura 3 – Folha 02, em branco



Fonte: Captura digital da Autora (2022)

Figura 4 – Folha 02.v



Fonte: Captura digital da Autora (2022)

Considerando o seu conteúdo, trata-se de um documento com relevante valor histórico e que pode ser alvo de pesquisa historiográfica. Dessa forma, faz-se necessária a implantação de uma política de gestão de empréstimos bem definida que inclua a difusão por vias

eletrônicas, já que o documento precisa de cuidados para serem manuseados. Após transcrição realizada, foram destacados os termos mais representativos do documento na sua integridade, compondo metadados de indexação para representação da informação. De acordo com as análises, os seguintes termos podem ser utilizados como indexadores do documento: número do inventário do documento; ano de sua produção; autor; título; resumo; e assuntos “Título de Venda”, “Antônio Maxado Fagundez”, “Antônio Machado Fagundez”, “Título de propriedade”, “Coletânea Garibaldina”, “Coleção Garibaldina”.

8. Considerações finais

A partir dos resultados obtidos nesta pesquisa, é possível afirmar que os estudos compostos para fins de conservação e restauração, aliados à aplicação de transcrição paleográfica, são tratamentos arquivísticos imprescindíveis aos arquivos históricos. Tendo em vista a relevância histórica dos indivíduos envolvidos e que intitulam a referida coleção, o estudo aqui apresentado identificou as características históricas da coleção, assim como aspectos físicos referentes à constituição dos materiais que compõem os itens documentais, em particular efeitos da ação do tempo nos documentos manuscritos em suporte papel.

Uma vez caracterizada como arquivo histórico, considerou-se o critério de antiguidade para escolha de um dos itens documentais para aplicação dos procedimentos arquivísticos, visando torná-lo apto a ser objeto de pesquisa e consulta por interessados. Foram sugeridas ações de conservação preventiva, além de ações estabilizadoras do documento manuscrito para cumprir a função de conservação/preservação arquivística.

As técnicas paleográficas elucidaram o conteúdo do manuscrito que se constitui, nesse caso, no primeiro processamento técnico para a descrição arquivística, pois possibilita a compreensão da escrita e identificação de termos descritores. Dessa forma, entende-se que o documento pode seguir para os demais processos, visando a representação da informação e a difusão do arquivo.

Com o estudo de caso, reforçou-se a potencialidade da conservação-restauração e da Paleografia como processamento técnico arquivístico passível de aplicação aos demais itens dessa coleção e, por aproximação, a qualquer arquivo histórico com características semelhantes. Procedimentos adequados aplicados a conjuntos documentais manuscritos em suporte de papel possibilitam a acessibilidade e a sustentabilidade informacional dos arquivos históricos.

Referências

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). **Normas técnicas para transcrição e edição de documentos manuscritos**. Rio de Janeiro, 1993.

BARBOSA, Alessandra Andrade França. **Dicionário ilustrado de conservação de documentos gráficos**. 2017. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli; CAMARGO, Ana Maria de Almeida (coord.). **Dicionário de Terminologia Arquivística**. São Paulo: AAB-SP, Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

BRASIL. **Lei n. 8.159, de 08 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Brasília, 1991.

BRITO, Fernanda. **Confecção de embalagens para acondicionamento de documentos**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2010.

CASSARES, Norma C. **Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas**. São Paulo: Arquivo do Estado. Imprensa Oficial, 2000.

CHÁVEZ, Alejandra Odor. **Criterios y metodología aplicada para el diagnóstico, estabilización y conservación de manuscritos pertenecientes a Fondos Antiguos**. Buenos Aires, 2017. 35 slides, color.

CONARQ. **Análise do papel reciclado fabricado no Brasil para produção de documentos arquivísticos**. Rio de Janeiro, 2014.

ELÍBIO JUNIOR, A. M. Do colecionismo privado à musealização do objeto: a trajetória da coleção de Wolfgang Ludwig Rau. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v. 4, n. 10, jan./jun. 2014.

FALCÃO, Lina P. B. **Caracterização dos taninos usados no curtimento vegetal de cabedais europeus dos séculos XVII a XIX**. 2009. Dissertação (Mestrado em Química Aplicada ao Patrimônio Cultural) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2009.

FEBVRE, Lucien; MARTIN, Henri-Jean. **O aparecimento do livro**. São Paulo: EDUSP, 2017.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Local, 2008.

FONTES, B. B.; LIMA, V. C. Entre a história, a literatura e a bibliografia: a interdisciplinaridade da história do livro. **Revista Discente Ofícios de Clio**, Pelotas, v. 3, n. 4, jan./jun. 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GOMES, Cláudia; NOITE, Dina; ESTEVINHO, Fátima. **Conservação de documentos degradados pela corrosão da tinta ferrogálica**. Madeira: Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, 2020.

- GONÇALVES, Marina Furtado. O tratamento de manuscritos em tinta ferrogálica: exemplos de instituições de guarda no Brasil. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM ARTES PLÁSTICAS*, 23., 2014, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: Anpad, 2014. p. 3566-3579.
- MALTA, Albertina Otávia Lacerda. **Preservação, conservação, restauração e recuperação física do acervo**. Pernambuco: Secretaria de Educação e Esportes, 2014.
- MATOS, M. T. N. B. A evolução dos arquivos e do conhecimento em arquivologia. **Revista Ibero-americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 5, n. 1-2, p. 19-28, 2013.
- NUNES, Margarida; CLARO, Ana Luiza do Vale Fonseca; FERREIRA, Teresa. O que esconde a tinta ferrogálica usada em manuscritos portugueses dos séculos XVI e XVII? **Contribute talks**, Évora, 2019.
- PAES, M. L. **Arquivo: teoria e prática**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- RICHTER, Fábio Andreas. Coleção Garibaldina: intermediações e construções em um patrimônio catarinense. **Cadernos NAUI**, Florianópolis, v. 5, n. 9, p. 14-29, jul./dez. 2016.
- RIO DE JANEIRO (RJ). Laboratório de Conservação e Restauo de Documento em Papel – LAPEL. Museu de Astronomia e Ciências Afins (ed.). **Pesquisa em Ferrogálica**, Rio de Janeiro, 2013.
- SAMARA, Eni de Mesquita (org.). **Paleografia, documentação e metodologia histórica**. São Paulo: Humanitas, 2010.
- SANTA CATARINA. **Lei Ordinária nº 11.713, de 03 de maio de 2001**. Autoriza a aquisição por compra de Acervo Garibaldino. Florianópolis: Governo do Estado de Santa Catarina, 2001. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/sc/lei-ordinaria-n-11713-2001-santa-catarina-autoriza-a-aquisicao-por-compra-de-acervo-garibaldino>. Acesso em: 28 fev. 2024.
- SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. 2. ed. Rio de Janeiro. FGV, 2002.
- SILVA, Valéria Soares. **Tintas ferrogálicas: contributos para a sua caracterização e estabilização no espólio dos Dembos – caixa 09**. Dissertação (Mestrado em Conservação e Restauo) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2017.
- UDESC. Fundação Catarinense de Cultura assina termo que transfere Coletânea Garibaldina à Udesc Laguna. **Notícia**, Florianópolis, 06 abr. 2017. Disponível em: https://www.udesc.br/noticia/fundacao_catarinense_de_cultura_assina_termo_que_transfere_coletanea_garibaldina_a_udesc_laguna Acesso em: 27 abr. 2024.

Artigo submetido em: 28 ago. 2022

Artigo aceito em: 02 mar. 2024